

## O Jeitão Neoliberal no Brasil: Compêndio sobre o Caráter Nacional e a Racionalidade Neoliberal a partir de Francisco de Oliveira

### Neoliberal kind in Brazil: Compendium on National Character and Neoliberal Rationality departing from Francisco de Oliveira

\*Josnei Di Carlo<sup>1</sup> 

#### Resumo

Enquanto doutrina, o neoliberalismo ganha seus primeiros contornos nos anos 1930. Na mesma época, intelectuais brasileiros estudavam a formação social do Brasil objetivando compreender sua identidade. De um lado, a criação de um modelo teórico válido universalmente. De outro, a preocupação de compreender a especificidade histórica de um país no mundo. A partir dos anos 1980, a cartilha neoliberal começa a ser seguida por diversos países. No Brasil, há décadas o ensaísmo era rechaçado pelas Ciências Sociais por sua pouca objetividade, em função de se voltar para o caráter de uma sociedade. Tornando-se hegemônico na passagem do século XX para o XXI, o neoliberalismo passou a ser compreendido também como uma racionalidade, por organizar a vida social. Assim, o objetivo deste artigo é analisar a obra de Francisco de Oliveira após o Plano Real (1994) para demonstrar que ele mobilizou o ensaísmo para destacar que as políticas neoliberais organizam a vida social através do caráter nacional.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo. Racionalidade neoliberal. Caráter nacional. Esfera pública. Francisco de Oliveira.

#### Abstract

As a doctrine, neoliberalism acquired its first contours in the 1930s. At the same time, Brazilian intellectuals studied the social formation of Brazil to understand its identity. On the one hand, the creation of an abstract theoretical model. On the other, the concern to understand the historical specificity of a country in the world. From the 1980s, the neoliberal primer begins to be followed by several countries. In Brazil, decades ago the essay was rejected by the Social Sciences for its little objectivity, in function of turning to the character of a society. Becoming hegemonic at the turn of the 20th to the 21st century, neoliberalism also came to be understood as a rationality, for organizing social life. Thus, the objective of this article is to analyze the work of Francisco de Oliveira after the Plano Real (1994) to demonstrate that he mobilized the intellectuals of the 1930s to highlight that neoliberal policies organize social life through the national character.

**Keywords:** Neoliberalism. Neoliberal rationality. National character. Public sphere. Francisco de Oliveira.

<sup>1</sup> Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política (PPGSP/UFSC, Florianópolis, SC, Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9319-4750>.

## Introdução

Ao levar em conta os processos políticos latino-americanos, Maurizio Lazzarato (2019, p. 21-23) faz uma crítica contundente à tradição analítica sobre o neoliberalismo iniciada por Michael Foucault em *Nascimento da Biopolítica*, de 1979, em função de ocorrer um apagamento das condições objetivas que permitem a subjetividade neoliberal. A América Latina é exemplar para o autor italiano porque as ditaduras militares dos anos 1960 a 1980 foram antecedidas por um ciclo político marcado pelas lutas anticoloniais e anti-imperialistas. Com projetos políticos emancipatórios sufocados pela repressão militar, a subjetividade das classes dominadas encontrava-se devastada, podendo ser operada livremente pelos agentes neoliberais. “A subjetividade do ‘governado’”, expõe Lazzarato (2019, p. 22), “só pode se construir sob a condição de que uma derrota, mais ou menos sangrenta, o transforme de adversário político em ‘vencido’”.

Pelo fato de o autor italiano ter como preocupação compreender as políticas neoliberais como produto de uma máquina de guerra, sustenta que sua racionalidade universalizou-se ao encontrar a subjetividade dos governados esmagada pela violência estatal. A operação lazzarariana inverte os sinais da matriz foucaultiana de interpretação do neoliberalismo por destacar que seus valores se impõem sobre vencidos e não sobre adversários. Os estudos referenciados em Foucault geralmente obliteram que o projeto neoliberal se tornou hegemônico sob o signo da repressão *sistemática*, por se estender para além das ditaduras militares. “O neoliberalismo desde baixo revela-se simultaneamente um campo de ambivalência e de batalha que não dá por realizada sua hegemonia”, continua Verónica Gago (2018, p. 9), “mas que tampouco outorga às políticas neodesenvolvimentistas e estatistas a aptidão para substituí-la”. Os dominados incorporaram a subjetividade neoliberal e reproduzem-na em seu cotidiano a ponto de ela persistir sub-repticiamente mesmo após as políticas neoliberais entrarem em crise no país da autora argentina em 2001. Logo, os governos de esquerda que se seguiram eram desenvolvimentistas, os governados não.

No Brasil, Francisco de Oliveira avalia que o Partido dos Trabalhadores (PT) deu continuidade ao ciclo neoliberal ao assumir o poder em 2003. É a “hegemonia às avessas” – sintagma cunhado por Oliveira (2018b, p. 118-122) em ensaio homônimo publicado na revista *piauí*<sup>2</sup> em 2007 para se referir a um processo político em que as classes dominadas asseguram a direção moral da sociedade enquanto a dominação burguesa e a exploração capitalista aprofundam-se. Se sua análise aproxima-se mais de Lazzarato, não se afasta completamente de Gago. Por causa da originalidade dela, podemos trabalhar com a hipótese de que a racionalidade neoliberal age sobre o vazio deixado pela *brasileidade revolucionária* a marcar o país entre os anos 1950 e 1980 em um combate obstinado contra o subdesenvolvimento<sup>3</sup>, mas sua hegemonia decorre por se alimentar do *caráter nacional*. A produção intelectual oliveiriana realizada após o início do Plano Real (1994) indica que o neoliberalismo precisa ser investigado em sua relação

<sup>2</sup> O nome da revista é grafado com inicial minúscula por ser a forma como ela se apresenta.

<sup>3</sup> A “brasileidade revolucionária” faz uso da miscigenação para contestar o *status quo*. Segundo Ridenti (2003, p. 198-199, grifo do autor), “recolocava-se o problema da identidade nacional e política do povo brasileiro, buscava-se a um tempo suas raízes e a ruptura com o subdesenvolvimento, numa espécie de desvio à esquerda do que convencionou chamar ultimamente de *era Vargas*, caracterizada pela aposta no desenvolvimento nacional, com base na intervenção do Estado”.

com a formação social brasileira. O projeto neoliberal, portanto, alicerça-se em fenômenos sócio-políticos que, *em tese*, seriam vencidos conforme o Brasil se modernizasse.

Enquanto Oliveira constrói suas categorias analíticas através do materialismo histórico, o debate sobre a racionalidade neoliberal volta-se para a superestrutura, mesmo que indique suas mediações com a base, como é o caso de Lazzarato. Assim, objetivando compreender como o neoliberalismo organiza a experiência coletiva e a existência individual no país, fizemos um recorte na obra oliveiriana norteado pela hipótese subjacente ao seu ensaio “Jeitinho e Jeitão”, publicado na *piauí* em 2012. A saber, de que a sociabilidade no Brasil é regida pelo jeitinho. Aclimatando o sociólogo pernambucano ao debate sobre racionalidade neoliberal, a exposição do artigo aponta para a tese do ensaio “O Ornitorrinco” de 2003 – sobre a funcionalização da pobreza no desenvolvimento capitalista brasileiro, com as relações sociais arcaicas integrando-se à modernidade capitalista –, mas sem apresentar sua caracterização econômica. A metáfora do *jeitão neoliberal*, portanto, está diretamente ligada à compreensão da racionalidade neoliberal a partir da hipótese oliveiriana sobre o caráter brasileiro.

### Formação Social Brasileira e Caráter Nacional

Se há relação dialética entre sistema social e constituição de uma sociedade, a racionalidade neoliberal adquire contornos particulares ao passo que organiza a experiência coletiva e a existência individual. No mesmo ensaio de 2012 na *piauí*, Oliveira (2018c, p. 137-138) frisa que Norbert Elias, em *Os Alemães*, de 1989, ao perguntar-se sobre o motivo da Alemanha ser responsável pelo Holocausto, considera o caráter nacional como fator explicativo. O nazismo não é somente produto das circunstâncias históricas, mas do caráter alemão, que se constituiu na medida em que a Alemanha teve um desenvolvimento tardio do capitalismo, não passou pela experiência da revolução burguesa, unificou-se militarmente com Bismarck e cultuava a organização – consequentemente, o militarismo. A análise elisiana é uma exceção nas Ciências Sociais, para o sociólogo pernambucano, por trabalhar o objetivo e o subjetivo em conjunto.

Apesar de as Ciências Sociais do Brasil também evitar o tratamento do caráter nacional, o pensamento social brasileiro apresenta modelos interpretativos sobre a questão, *instrumentalizados*<sup>4</sup> nos textos oliveirianos sobre o neoliberalismo. No verbete “Brasil” para a *Latino-Americana: Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe*, de 2006, Oliveira (2018d, p. 33) lembra que o ensaísmo dos anos 1930 sublinha as especificidades do país no subcontinente americano; “somos menos latino-americanos que nossos vizinhos”, em sua formulação lapidar. Antes mesmo do Descobrimento, as diferenças já são marcantes para ele. As sociedades indígenas no Brasil tinham uma organização tribal. Desenvolveram a agricultura – como a cultura de mandioca, ainda hoje uma das principais culturas agrícolas de subsistência no país –

<sup>4</sup> A apropriação de Oliveira dos modelos interpretativos do pensamento social brasileiro é instrumental porque se refere à sua leitura deles. Não se trata, portanto, de uma análise do desenvolvimento das ideias dos intelectuais mobilizados. As mudanças realizadas por Holanda (1948) na segunda edição de *Raízes do Brasil* demonstram que as categorias criadas por ele, como “homem cordial”, se alteraram desde a primeira edição do livro em 1936. Cf. Schlegel (2017).

sem chegar a fazer uso de metais. É no processo colonial, porém, que a sociedade brasileira se constituiu de modo diverso das demais sociedades latino-americanas.

A colonização espanhola explorou o trabalho indígena através da *mita* e da *encomienda*, a portuguesa introduziu a escravidão negra. Os espanhóis dizimaram os povos originários pela guerra ao enfrentar uma persistente resistência cultural, os portugueses pelo contato. “Daí que não exista no Brasil nenhum grande herói indígena antiportuguês”, inicia Oliveira (2018d, p. 35), “o caráter abastardado da própria colonização, que dizimou mais pelo desastre epidemiológico que pela matança, não cristalizou nenhum mito”. A religião das duas metrópoles era comum, mas a implantação difere entre elas. Nos territórios coloniais espanhóis, o catolicismo foi implantado pelas diversas grandes ordens católicas; nos portugueses, majoritariamente pela Companhia de Jesus. Apesar de o sincretismo religioso se desenvolver nos dois territórios, nos países hispânicos ele se desenvolveu com as deidades indígenas, enquanto no Brasil com as africanas. Assim como não há uma figura heroica indígena antiportuguesa, não se tem notícia de uma brasileira identificada com a Independência. Oliveira (2018d, p. 35) lembra que “em vez de Bolívar, San Martín, Miranda, Sucre, O’Higgins, o próprio príncipe herdeiro da coroa portuguesa foi transformado em imperador do Brasil”. E conclui que “a solução ‘brasileira’ de uma monarquia não teve processo similar nas Américas”.

Sua síntese do período colonial é a ponte para apresentar dois modelos interpretativos sobre o caráter nacional: Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. Em *Casa Grande & Senzala*, de 1933, o primeiro elogia a plasticidade portuguesa, o catolicismo adocicado e a miscigenação – “sem a vergonha que até então estigmatizava o encontro das ‘três raças tristes’ formadoras do caráter do brasileiro”, nos termos de Oliveira (2018d, p. 35-36). Em *Raízes do Brasil*, de 1936, o segundo vislumbra que o iberismo dificultaria a emergência das relações sociais modernas em razão de ser marcado pela indistinção entre o público e o privado, pelo patrimonialismo e por um catolicismo que se traduz na falta de rigor ético, a se projetar da vida privada para a pública.

Em outros textos, a chave de leitura oliveiriana sobre Freyre afasta-se de seu gênio inovador para os anos 1930 visando acentuar a violência descrita nas relações entre brancos e negros. No ensaio de 2012 já citado, Oliveira (2018c, p. 142, grifo do autor) afirma que “*Casa Grande & Senzala* é a mais formidável denúncia do estupro como formador da nacionalidade, mas visto de um ângulo nostálgico”. No primeiro plano, a violência testemunha que o autoritarismo é uma qualidade da formação social brasileira. No plano de fundo, seu resumo irônico de um episódio do livro sinaliza que o problema do rebaixamento da mão de obra à informalidade revela-se no tratamento do filho do senhor em relação ao filho do escravo. Ao ser feito de cavalo vivo em jogos infantis, este aprendia sobre hierarquia social, *docilmente*, para usar termo de apreço freyriano. Em uma conferência sobre o neoliberalismo em 1997, “A Vanguarda do Atraso e o Atraso da Vanguarda: Globalização e Neoliberalismo na América Latina”, Oliveira (1998b, p. 218-219) anuncia que se trata do “avassalamento da intimidade no escravismo, por Gilberto Freyre”. Uma das bases do que nomeia de “subjetividade culposa” das classes dominadas, por desconfiarem de si mesmas, normalizando que devem ser o cavalo vivo das classes dominantes.

Os traços descritos começam a dar forma ao caráter brasileiro, alicerces do neoliberalismo no país. O colorido, porém, é dado por outros modelos interpretativos,

cuja presença não tem a mesma centralidade na obra oliveiriana a partir de 1995. Raymundo Faoro, em *Os Donos do Poder*, de 1958, ao tratar a ambiguidade do público e do privado, esquadrinha a compressão do patrimonialismo presente em *Raízes do Brasil*. Roberto Schwarz, em seus diversos ensaios sobre Machado de Assis, acentua a sociabilidade do favor. “Embora o registro teórico com que Schwarz interpreta Machado seja do campo marxista, é notável como dessa interpretação emergem Brás Cubas e Dons Casmurros que podem ser lidos no registro do ‘homem cordial’”, alega Oliveira (1999, p. 59) em “Privatização do Público, Destituição da Fala e Anulação da Política: o Totalitarismo Neoliberal”, capítulo do livro *Os Sentidos da Democracia*, de 1999.

Sua apreciação de Faoro e Schwarz, assim como a de Freyre, se dá à luz do conceito buarquiano de cordialidade. “A sociedade brasileira seria ‘cordial’ no sentido de que o privado se sobrepõe ao público”, continua Oliveira (2018d, p. 56) no verbete de 2006 citado anteriormente, “são as relações primárias, afetivas, que formam o caráter dos indivíduos e da sociedade”. Logo adiante, ao interpretar a sucessão de golpes militares no período republicano, lembra que *talvez* Holanda tenha razão por eles se darem porque não são as instituições de representação popular que são as guardiãs da Constituição, mas as Forças Armadas, para a divergência entre as elites se apaziguar privadamente. Ao tratar do caráter nacional no ensaio de 2012 da *piauí*, “Jeitinho e Jeitão”, Oliveira (2018c, p. 138) repara que o “‘homem cordial’ – para quem as relações pessoais e de afeto (para o bem ou para o mal) se sobrepõem à impessoalidade da lei e à norma social – é a própria encarnação do jeitinho brasileiro”.

O jeitinho é o conceito síntese oliveiriano sobre o caráter nacional constituído pela modernização truncada do Brasil. Sua origem remonta às relações sociais capitalistas que não se completam, na medida em que as forças produtivas se modernizam, enquanto a cidadania não se realiza<sup>5</sup>. Compreensível, portanto, a tese de Oliveira (2018c, p. 139) de que “o jeitinho é um atributo das classes dominantes brasileiras que se transmitiu às classes dominadas”. As primeiras adotam ideias formadas em outros quadros históricos e burlam suas soluções formais ao aplicá-las. As segundas esgueiram-se entre as classes, prestando favores às dominantes, para garantir sua sobrevivência. Em ambos os casos, o jeitinho é uma aptidão para escapar de soluções formais sem ser considerado fora da lei.

É com a abolição da escravatura que ele se firma. Libertos em 1888, os negros não foram incorporados à cidadania. Os cafeicultores, lembra o sociólogo pernambucano, importaram mão de obra europeia para cultivar a terra, recusando-se a usar a dos ex-escravos. Para os imigrantes, o trabalho regular; para os libertos, o trabalho informal. Como se vê, este é produto da modernidade no país. Excluídas de qualquer possibilidade de assalariamento, os dominados têm sua renda garantida em atividades precárias que pululam nos grandes centros urbanos até hoje, como ambulantes, camelôs e empregadas domésticas. “Nascido inicialmente das contradições entre uma ordem liberal formal e uma realidade escravista”, argumenta Oliveira (2018c, p. 144), “o jeitinho transformou-se em código geral de sociabilidade”. Após assumir o poder com a Revolução de 1930, Getúlio Vargas tentou dominar o trabalho informal através da legislação trabalhista, mas sua reprodução seguiu adiante com a expansão

<sup>5</sup> Certamente seria produtivo fazer a leitura do caráter brasileiro através do “ornitorrinco”, até porque a figura de linguagem foi desenvolvida conceitualmente por Oliveira (2003) em artigo homônimo posterior ao Plano Real, mas por ser voltado mais para a economia ficou de fora.

capitalista. “A informalidade é a forma, o jeitinho de substituir as relações racionais e obrigatórias pela intimidade”, retoma Oliveira (2018c, p. 143) o conceito desenvolvido em *Raízes do Brasil*.

O quadro oliveiriano sobre o caráter nacional emoldura-se com a informalidade se apresentando como o predicado da sociabilidade no Brasil. Seu agravamento segue *pari passu* o desenvolvimento brasileiro, por causa de a industrialização tender à economia do trabalho, contribuindo para o crescimento exponencial dos excedentes populacionais. Para Oliveira (2018c, p. 145-146), o trabalho informal é estrutural ao capitalismo brasileiro porque é ele que “regula a taxa de salários, e não as normas trabalhistas”. Assim, o jeitinho gere as relações de trabalho em todos os escalões. Nos postos menos qualificados de uma empresa, os candidatos a emprego ouvem na entrevista se querem trabalhar com ou sem carteira assinada. Nos postos mais qualificados de uma indústria, os executivos são contratados como pessoas jurídicas para ela pagar menos impostos. “O jeitinho é a regra não escrita, sem existência legal, mas seguida ao pé da letra nas relações micro e macrosociais”, observa Oliveira (2018c, p. 146). Ao entrar na roda da concorrência global, o Brasil tem como moeda de troca a cordialidade e, por ela, a racionalidade neoliberal universaliza-se.

## O Jeitão Neoliberal e a Política

Na tese oliveiriana de que os hábitos e as ideias das classes dominantes foram assimilados pelas classes dominadas, há uma distinção entre o jeitinho destas e o jeitão daquelas. A ironia pode ser apropriada para sublinhar que as políticas neoliberais organizam a experiência coletiva e a existência individual no Brasil através do caráter nacional. Do jeitão, portanto. Podemos defini-lo como o neoliberalismo realmente existente no país. Em termos mais substantivos, a política e a sociedade vêm sendo moldadas pelo jeitão neoliberal desde os anos 1990. “O neoliberalismo entre nós apresenta-se como o caldeamento de arraigadas sociabilidades autoritárias na formação de nossas sociedades”, ressalta Oliveira (1998b, p. 207-208) na conferência de 1997 já citada, “com os processos de globalização”.

Wendy Brown (2019, p. 67-70) faz uma reflexão sobre o *político* fundamental para explicitar que o sociólogo pernambucano recorreu à questão do caráter nacional por ter compreendido o neoliberalismo mais como racionalidade do que doutrina econômica e política<sup>6</sup>. Lembrando que o termo foi cunhado no século XX em trabalhos influenciados por Max Weber, ganhando novos contornos ainda hoje, a autora estadunidense adverte que o político, ao contrário da política, não se refere às instituições, mas à experiência coletiva, por envolver ações, valores, deliberações e poderes. Coordena, portanto, o que uma sociedade entende por justiça e ordem, assim como por preservação ambiental e segurança. Saturado por forças e valores sociais,

<sup>6</sup> Ao analisar as políticas sociais do Governo Lula na entrevista de Silva e Cariello (2006, p. 12) para a *Folha de São Paulo*, Oliveira deixa claro sua compreensão do neoliberalismo enquanto racionalidade: “poderíamos dizer que o Bolsa-Família é uma criação foucaultiana. Um instrumento de controle [...] Restaura uma espécie de clientelismo que não leva à política. [...] É pelas suas carências que você é classificado perante o Estado. A política se constrói pelas carências. [...]”. Em relatório final de projeto temático apresentado em 2004, “O Momento Lenin”, Oliveira (2007a, p. 279; 2018a, p. 128-129) chama as políticas assistencialistas de “funcionalização da pobreza” – até porque elas não reduzem efetivamente a desigualdade social, como expõe em “Averso do Averso”, ensaio publicado na revista *piauí* em 2007. Cf. Querido e Braga (2018, p. 18).

culturais, religiosos e econômicos, nele reside “o significado de um povo, gerando identidade individual e coletiva *vis-à-vis* de outros”, de acordo com Brown (2019, p. 69, grifo da autora). Como sua definição está imersa na formação social dos Estados Unidos, o político é o fundamento da democracia para ela.

Apesar do sociólogo pernambucano se voltar para o “político”, a formação social no Norte e no Sul não é a mesma. Sua hipótese é que a interação das políticas neoliberais com as sociabilidades autoritárias leva ao desenvolvimento de uma sociedade de cariz totalitária. Em outra conferência de 1997, “Além da Hegemonia, Aquém da Democracia”, Oliveira (1998c, p. 202) afirma que, ao renunciar a universalização de direitos da Constituição de 1988, os agentes neoliberais cruzam os limites do totalitarismo; processo “evidente no capitalismo desenvolvido, embora sua ultrapassagem seja mais complicada”, frisa. A Assembleia Nacional Constituinte de 1987 é produto das lutas dos dominados ao longo de décadas. No discurso neoliberal, os direitos assegurados por ela se tornam “custo Brasil”: “a estabilidade do funcionalismo, antes um requisito para a construção de um Estado moderno, é transformada em explicação para a dilapidação financeira do Estado” e os “direitos humanos, que incluem julgamentos e tratamento iguais para todos os cidadãos”, retoma Oliveira (1998c, p. 202), “são transformados em causação da violência e da barbárie”.

O totalitarismo é, para ele, a exclusão do outro, negando às classes dominadas o direito de fazer política por elas deixarem de compartilhar o mesmo campo semântico das classes dominantes<sup>7</sup>. Em síntese, é a morte do dissenso e da democracia. Em seu pensamento, trata-se da política<sup>8</sup> e não do político. Por se confundir com o caráter brasileiro, este reproduziria o autoritarismo. Assim, o jeitão neoliberal leva à *privatização do público* e à *anulação da política*, reafirmando o apartheid social e o anti-iluminismo da formação social brasileira. Afinal, a democracia no Brasil efetiva-se a partir do momento em que os dominados ampliam a esfera pública. Na síntese de Oliveira (1999, p. 65, grifo do autor) em “Privatização do Público, Destituição da Fala e Anulação da Política: o Totalitarismo Neoliberal”, capítulo do livro *Os Sentidos da Democracia* citado anteriormente:

[...] Toda a reivindicação anterior ganhou foros de direito, na letra da Carta Maior. O direito ao trabalho, o direito à auto-organização (os assalariados já haviam criado esse direito, ao criarem as centrais

<sup>7</sup> Em artigo de 1998 publicado na revista *Novos Estudos* (CEBRAP), “A Derrota da Vitória: a Contradição do Absolutismo de FHC”, Oliveira (1998a, p. 17) esclarece porque o campo semântico entre as classes sociais não é mais o mesmo sob o neoliberalismo: “Os dominados já não devem, não necessitam, parecer-se com os dominantes. Ambos não compartilham o mesmo campo de direitos: há direitos especiais para militares e outros para civis, há direitos para funcionários especiais, os de carreira de Estado, e não-direitos para os demais funcionários civis; há direitos para trabalhadores estáveis e não-direitos para trabalhadores temporários”.

<sup>8</sup> Em mais de uma vez, Oliveira (2007b, p. 15) afirma sua dívida para com o conceito desenvolvido por Jacques Rancière, em *O Desentendimento*, de 1995, mas é em 2003, no capítulo do livro *República, Liberalismo, Cidadania*, “Política numa Era de Indeterminação: Opacidade e Reencantamento”, que compendia: “Política, no sentido de Rancière, é a reclamação da parte dos que não têm parte e, por isso, se constitui em dissenso. Nessa acepção, os que fazem política distinguem-se por pautar os movimentos do outro, do adversário, por impor-lhe, minimamente, uma agenda de questões, sobre as quais e em torno das quais se desenrola o conflito. Impor a agenda não significa, necessariamente, ter êxito ou ganhar a disputa, antes, significa criar um campo específico dentro do qual o adversário é obrigado a mover-se. [...] Essa concepção abre as portas para sua permanente reinvenção, no sentido de que toda proposta e sua resposta que consigam sair do campo anteriormente demarcado, cria um novo campo que é, em si mesmo, uma nova qualidade dos atores políticos. Há, pois, na política uma permanente mudança de qualidade”. Cf. Paoli (1999, p. 8-10).

sindicais, proibidas legalmente até então), o direito à saúde, o direito à educação, o direito da criança e do adolescente, o direito à terra, o direito ao *habeas-corpus* (a talvez mais antiga negação do corpo na formação da sociedade brasileira), o direito ao *habeas-data* (talvez a outra mais antiga negação, a da fala, a do discurso), o direito a uma velhice digna e respeitada, enfim, todas as reivindicações que significam *política* como o processo mediante o qual se põe em xeque a repartição da riqueza apenas entre os que são proprietários, ganhou uma forma, talvez a mais acabada que as condições históricas permitiam (OLIVEIRA, 1999, p. 65, grifo do autor).

### Neoliberalismo, Coveiro da Política e do Público

O exame oliveiriano da esfera pública parte do marco teórico europeu para refletir sobre a constituição dela no Brasil. Ao retomar o debate hegeliano, Jürgen Habermas a delimita à constituição de um espaço de sujeitos privados à parte do Estado. Em linguagem marxista, era uma esfera pública burguesa, por ser o *locus* da concorrência intercapitalista e do mercado da força de trabalho. Oliveira (1999, p. 56) julga que ambos deixaram de ser regulados pelo capital no Estado de Bem-Estar Social. A luta de classes persistia nas sociedades europeias, embora o esgotamento das energias utópicas fosse visível. O processo, para ele, redefinia a esfera pública burguesa em uma esfera pública *não* burguesa<sup>9</sup>. A literatura sociológica tratou da mudança, parcialmente, ao ignorar o primeiro polo da relação capital e trabalho. Mesmo assim, de forma limitada, enfatizava a perda da centralidade do trabalho, sem se preocupar em analisar a subjetividade do proletariado. Não percebeu, portanto, as contradições do Estado de Bem-Estar Social.

Segundo Oliveira (1999, p. 57), as burguesias passaram por “um processo de intensa subjetivação da acumulação de capital, da concentração e da centralização”, traduzido ideologicamente como “uma experiência subjetiva de desnecessidade, aparente, do público”; enquanto o proletariado naturalizou as conquistas e os direitos por um viés administrativo. Em seu conjunto, o argumento indica que, ao conflito ser gerido pelo Estado, a esfera pública foi se esvaziando como *locus* de antagonismo e deliberação. “Mais que as privatizações das empresas estatais”, continua Oliveira (1999, p. 58), “a subjetivação descrita é uma privatização da esfera pública, sua dissolução, a apropriação privada dos conteúdos do público e sua redução, de novo, a interesses privados”.

A esfera pública *não* burguesa voltou a ser esfera pública burguesa, não da mesma forma como ela se constituía entre o século XVIII e início do XIX para Habermas (2014, p. 37-49), posto que a deliberação fosse encarada como uma questão técnica em vez de política. O suporte material do neoliberalismo, portanto, foi se formando durante o Estado de Bem-Estar Social. Retoricamente, pregava um retorno ao indivíduo, embora a prática procurasse dismantlar a “institucionalidade contemporânea que se forjou se não sob o signo do coletivo, pelo menos sob o signo da segurança, ao invés do signo do contrato mercantil”, declara Oliveira (1999, p. 55). Entretanto, o fato de a subjetivação

<sup>9</sup> Relaciona-se ao que Oliveira chama provocativamente de *modo socialdemocrata de produção*, admite na entrevista realizada por Haddad (1998, p. 63-64) para a revista *Teoria & Debate* de 1997. A provocação é uma tentativa de estimular o debate acentuando que desde os anos 1930 ocorria uma transformação inédita no sistema capitalista, ao mudar o estatuto da mercadoria força de trabalho. Cf. Mendes (2015, p. 152-160).



ser comum às duas classes fundamentais do capitalismo, o proletariado europeu resistiu às reformas neoliberais sem conseguir apresentar uma alternativa política.

No Brasil, o processo até a Constituição de 1988 é outro. Para reconstituí-lo, o sociólogo pernambucano trata da formação social brasileira, marcada pela violência e proibição da fala. Marcas que estão contidas no patrimonialismo, sentido da colonização, revolução passiva e dominação burguesa autocrática. Apesar de retomar a questão do caráter nacional, os três últimos conceitos mobilizados por Oliveira (1999, p. 58-59) demonstram que a trama da esfera pública será deslindada agregando a inserção do país no capitalismo e como as burguesias o conduziram. A chave de leitura contribui para demonstrar que as políticas neoliberais no Brasil privatizaram o público e anularam a política através do caráter nacional em vez de uma subjetivação engendrada pelas contradições do Estado de Bem-Estar Social.

Nos textos oliveirianos sobre o neoliberalismo, a base da formação social brasileira é o escravismo, sendo que os grandes intérpretes são Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. Para o primeiro, a escravidão operava a “violência sexual como apropriação do corpo e anulação do outro”, a “proibição dos cultos africanos como proibição da fala” e, Oliveira (1999, p. 59) finaliza a enumeração, o “rigor dos castigos como proibição da reivindicação”. Volta a enumerar logo em seguida para qualificar o homem cordial do segundo, em que “a astúcia da intimidade cordial é o horror das distâncias que é o signo do não reconhecimento da alteridade, das distintas proibições que anularam toda possibilidade de uma experiência subjetiva liberal”. Descreve, portanto, a anulação da política sem freios, em razão de nenhuma institucionalidade conter o senhor de engenho em seu reino do privado, e através da cordialidade, em função de o jeitinho ser usado para driblar qualquer norma a regular as relações dos indivíduos entre si e as instituições.

Afastando-se de uma análise que se volta para o subjetivo, Caio Prado Júnior, em *Formação do Brasil Contemporâneo*, de 1942, compreende que a anulação da política é estrutural às “determinações advindas da simultaneidade entre a colônia como coetânea do capitalismo mercantil e o escravismo como a marca de sua defasagem”, expõe Oliveira (1999, p. 59). Em *Formação Econômica do Brasil*, de 1959, Celso Furtado desvenda uma revolução passiva que alterou a dominação de classe, com as burguesias assumindo-a preservando as elites até então como aliadas. Finalizando a exposição, Florestan Fernandes, em *A Revolução Burguesa no Brasil*, de 1975, realiza uma síntese dos dois pensadores anteriores: as burguesias passaram a deter o poder econômico sem romper com o latifúndio e o imperialismo. “As transformações que o capitalismo introduz na estrutura de relações sociais, sobretudo a emergência de um proletariado independente, a libertação do campesinato dos laços de dependência e da servidão”, conclui Oliveira (1999, p. 60), “acurralam o sistema de dominação de classe, com o que a burguesia reage sempre sob a forma de ditaduras”.

Como se vê, a anulação da política, de raiz cultural e econômica, bloqueou a constituição de qualquer esfera pública, *mesmo* burguesa. O reverso da moeda é de que todo esforço de se criar uma esfera pública provém dos dominados. Sempre reprimidos, exatamente por fazerem política, no sentido delimitado anteriormente, por se referir à ativação do dissenso e da democracia. O primeiro exemplo lembrado pelo sociólogo pernambucano trata-se dos sindicatos e das sociedades de ajuda mútua do começo do século XX, controlados, posteriormente, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões, criados por Getúlio Vargas

nos anos 1930. “Essa grande operação de silêncio, de roubo da fala, que se sintetiza na busca da ‘harmonia social’, é bem o signo da anulação da política”, comenta Oliveira (1999, p. 61).

Continua mencionando exemplos da história do Brasil. Em 1947, o Partido Comunista do Brasil (PCB) foi cassado, desconsiderando sua representatividade, por ter recebido 10% dos votos nacionais e ter eleito quinze deputados federais e um senador entre 320 parlamentares. Trata-se da anulação do dissenso. Iniciada a década seguinte, Vargas voltou a ocupar a presidência da república, agora pelo voto livre e direto. Não era mais o mesmo de antes, redefinía-se entre cooptar e abrir espaço para a iniciativa dos trabalhadores e sindicatos, objetivando sobreviver dentro de uma correlação de forças em que a União Democrática Nacional (UDN) tinha como base as classes médias urbanas e o Partido Social Democrático (PSD), os latifundiários. A contradição de Vargas entre o sentimento antipolítico e político era produto da ação política do proletariado; e seu suicídio em agosto de 1954 – meses antes de completar os cinco anos de mandato – foi para Oliveira (1999, p. 62) “um golpe dirigido sobretudo a esse processo; que o velho estadista o entendeu, ainda que parcialmente, prova-o seu gesto extremo, geralmente interpretado apenas como a recusa em entregar o poder aos seus velhos inimigos”.

A radicalização do processo seguiu pelos anos 1950 e adentraria os 1960, ampliando o conflito com a entrada de novos atores em cena. Entre eles, as Ligas Camponesas, cuja voz foi “capaz de reivindicar a reforma agrária e de des-subordinar o campesinato, após longos séculos, da posição de mero apêndice da velha classe dominante latifundiária”, afirma Oliveira (1999, p. 63). Com o aprofundamento do desenvolvimento capitalista e a volta da democracia em 1945, as relações de poder mudavam tanto entre as classes dominantes quanto entre elas e as classes dominadas. Como consequência, as Reformas de Base, questionando a repartição de riqueza e unificando os dominados em torno de um objetivo em comum. Fazendo política, eles estavam constituindo uma esfera pública. Assim, diversas questões passaram a ter espaço no debate público, como as relacionadas à educação, cuja consequência foi que os cientistas e intelectuais, ao debaterem a escola pública e a produção científica e tecnológica, se tornaram intelectuais orgânicos da política, lembra o sociólogo pernambucano.

Na ausência de uma revolução democrática burguesa, era a brasilidade revolucionária que construía uma esfera pública. A deposição de João Goulart em 31 de março de 1964 veio para bloquear o processo. Os militares, inclusive, mobilizaram o imaginário nacional de forma caricatural, alimentando a imprensa com anedotas; cujo emblema é o Festival de Besteira que Assola o País, título de uma série de três livros em que Stanislaw Ponte Preta reuniu suas crônicas do jornal *Última Hora* em que relatava atos da “redentora”, como ele nomeava o Golpe de 1964. Os 21 anos de ditadura militar foi o ato extremo para se anular a construção da política realizada pelos dominados. Oliveira (1999, p. 64) decifra retomando Gilberto Freyre, “tortura, morte, exílio, cassação de direitos, tudo era como uma sinistra repetição da apropriação dos corpos e do seu silenciamento, do seu vilipêndio, da saga gilbertiana”. Apesar da repressão militar, as classes dominadas abriram brechas para reconstruir a política e suas reivindicações vieram a ganhar foros de direito na Constituição de 1988. Nos termos de Oliveira (1999, p. 64-65),

[...] Criando comitês de luta contra a carestia, na década de setenta, deslocando a luta do terreno da reivindicação salarial para o terreno das políticas públicas, através dos movimentos populares, criando milhares de comitês pela anistia e pela constituinte, as classes dominadas reinventaram a política e novamente encurralaram as forças dominantes, que, à falta de capacidade para se autodirigirem, haviam deixado, desde o golpe de 1964, a tarefa dirigente nas mãos das Forças Armadas. Como à crise de hegemonia, nunca resolvida, somou-se uma crise de previsibilidade, as Forças Armadas viram, de repente, fugir a terra de sob seus pés. [...]

Ao contrário do que afirma Maurizio Lazzarato, conforme síntese exposta no início deste artigo, a subjetividade dos governados não se encontrava totalmente devastada para a operação dos agentes neoliberais nos anos 1990. A ditadura militar logrou sucesso ao impedir a construção da esfera pública, mas os dominados fizeram política *clandestinamente*. Ao romperem o dique na década anterior, levaram os constituintes a dificultar a expressão do caráter brasileiro através de uma legislação que garantisse a cidadania; formal, sim, mas a sobrevivência deixava de ser um atributo do jeitinho e passava a ser uma garantia constitucional. O neoliberalismo, portanto, teve de usar o jeitão para a cordialidade, no sentido dado por Sérgio Buarque de Holanda, voltar a mediar as relações entre as classes dominantes e classes dominadas.

Em “Quem Canta de Novo *L’Internazionale?*”, capítulo do livro *Trabalhar o mundo*, de 2005, Oliveira (2018e, p. 98) destaca que Fernando Henrique Cardoso nem bem assumiu a presidência da república e esmagou a greve dos petroleiros em 1995. Anteriormente, como Ministro da Fazenda do Governo Itamar Franco (1993-1994), boicotara as câmeras setoriais da indústria automobilística. Afinal, “o candidato em perspectiva não poderia apresentar um êxito avassalador baseando suas esperanças num processo que requereria demorados e sofisticados acordos sociais”, nota Oliveira (1998c, p. 182) no artigo publicado na revista *Novos Estudos CEBRAP* em 1995 “Quem Tem Medo da Governabilidade?”. Com a anulação da política – de modo violento no primeiro caso e ardilosamente no segundo – se colocou como fiador da desregulação diante das burguesias e do capital financeiro internacional. Em artigo editado na mesma revista, “A Derrota da Vitória: a Contradição do Absolutismo de FHC” de 1998, Oliveira (1998a, p. 16) repara que o neoliberalismo se apresenta como antiestatal apesar de suas políticas se imporem através de uma forte intervenção estatal; ou, em conformidade com Lazzarato, pela máquina de guerra.

A anulação da política, porém, se realiza principalmente através da neutralização do outro e da exclusão da fala. Qualquer iniciativa das classes dominadas é reprimida e uma agência governamental apropriar-se da reivindicação subordinando-a às necessidades da política governamental. Segundo Oliveira (1998a, p. 16-17), “retrocede-se, assim, dos direitos para as carências: os problemas da sociedade passam a ser apenas de administração”. A comunicação midiática, por sua vez, “opera uma exclusão da fala dos contestantes que é mortal para a formação de uma arena pública, de uma esfera pública”, pronuncia Oliveira (1998b, p. 217) em uma das conferências de 1997 citada anteriormente, “A Vanguarda do Atraso e o Atraso da Vanguarda: Globalização e Neoliberalismo na América Latina”. Qualquer semelhança com o caráter brasileiro não é mera coincidência. Ademais, por vias tortas é, nos termos

de Oliveira (1998a, p. 17), a “tecnologização da política, que aparece sob as formas de sua ‘administrabilização’”, sendo “um dos traços mais perigosos do totalitarismo”.

O Estado neoliberal reprime os movimentos populares para controlar suas demandas. Com os dominados silenciados, os meios de comunicação simulam uma esfera pública. Os programas policiais e sensacionalistas realizam a síntese discursiva da legitimação do *apartheid* social e do anti-iluminismo, através da “sociabilidade da apartação, da segregação, do confinamento”, nomeia Oliveira (1998b, p. 216). “Sobre ela, reforçando-a, as políticas empreendidas aumentam-lhe o alcance, a legitimam, e”, continua, “a metamorfoseiam em modernidade: os signos do *apartheid* são, agora, sinais da individualidade, da capacidade de empreendimento”. O caráter brasileiro apresenta-se, agora, sobre o signo do individualismo burguês, tornando-se a experiência subjetiva da privatização do público. As burguesias – autocentradas, fechadas em seus carros particulares e em seus escritórios, como os senhores de engenho na casa grande – “*não tem nenhum contato portanto com nada que seja comum, para não falar de público*”. “*Essa privatização não é só ideológica*”, conclui Oliveira em entrevista concedida a Haddad (1998, p. 71-72) citada alhures, “*é uma experiência radical de vida*”.

### Considerações Finais ou “Boca Espedaçada que Continua Falando”

Na coletânea de Ferreira Gullar (1975, p. 105) *Dentro da Noite Veloz*, publicada pela Civilização Brasileira em 1975, há um poema, “Os Escravos”, que pode ser lido como uma alegoria das contradições do caráter brasileiro: “Detrás da flor me subjugam,/ atam-me os pés e as mãos./ E um pássaro vem cantar/ para que eu me negue.// Mas eu sei que a única haste do tempo/ é o sulco do riso na terra/ – a boca espedaçada que continua falando”. Nele, a beleza da flor e do canto de um pássaro são instrumentos de negação e de silenciamento do outro. O oprimido, porém, fala pelo relato da história, na medida em que a opressão deixa suas marcas no corpo da memória.

No Brasil, as sociabilidades autoritárias, ao bloquear a emergência da esfera pública e ao anular a política, oprimem continuamente as classes dominadas não só através da violência atenuada por Gilberto Freyre quanto sobre a cordialidade definida por Sérgio Buarque de Holanda. Contudo, fica o relato, mesmo que enviesado pela linguagem das classes dominantes, que precisa ser ouvido para a desigualdade social não deixar de ser um problema para as reformas modernizantes. O neoliberalismo é exemplar, com suas políticas sendo adotadas sem os agentes neoliberais serem questionados sobre o efeito delas sobre a desigualdade. Ao contrário, ela deixou de ser compreendida como estrutural à sociedade brasileira para ser vista como deficiência dos dominados, despreparados para integrarem-se às “oportunidades” ofertadas pelas reformas neoliberais.

Observa-se, portanto, a funcionalidade do caráter nacional – trabalhado por Oliveira em um reexame de *Casa Grande & Senzala* e *Raízes do Brasil* à luz do neoliberalismo – à racionalidade neoliberal, visto que a sociabilidade autoritária legitima a hiperexploração da mão de obra através da informalidade e o saque do Estado pelos agentes neoliberais em nome de demandas individualistas. Mesmo acentuando um lado do pensamento do sociólogo pernambucano, evidencia-se sua preocupação em compreender as práticas sociais em sua dimensão contraditória, com o arcaico coadunando-se com o moderno no Brasil, cuja imagem se traduz no

ornitorrinco, consagrada em ensaio homônimo de 2003, onde retoma a tese de “Crítica à Razão Dualista” de 1972.

O pensamento social brasileiro, principalmente quando procurou compreender a especificidade do país no mundo, ao se voltar para a sua identidade, é a boca velada pela “objetividade” das Ciências Sociais que continua falando. Entre as palavras pronunciadas, de que as teorias do Norte são insuficientes para produzir conhecimento sociológico complexo sobre o Sul. Por um motivo, a divisão global do trabalho científico relegou à periferia o papel de “fornecer dados e, posteriormente, aplicar o conhecimento sob a forma de tecnologia e método. O papel da metrópole”, continua Raewyn Connell (2017, p. 89) ao expor a contribuição de Paulin J. Hountondji para a questão, “é reunir e processar dados, produzindo teoria (incluindo metodologia) e desenvolvendo aplicações que posteriormente são exportadas para a periferia”.

Com o achado descrito pela autora australiana, podemos esboçar uma hipótese: os pesquisadores da periferia tratam os fenômenos sócio-políticos ininteligíveis fora de seu contexto de produção como objetos não científicos para reunir somente os dados inteligíveis, a serem manipulados posteriormente pelos estudiosos da metrópole na construção de teorias. Daí a importância de compendiar a obra de Francisco de Oliveira após o Plano Real (1994), em razão de ele perceber que a racionalidade neoliberal dificilmente organizaria a experiência coletiva e a existência individual sem se articular com a sociabilidade particular de cada sociedade. No Brasil, o discurso gerencial, na defesa do desempenho, e o discurso publicitário, no elogio do gozo, não se tornariam hegemônicos sem mobilizar a cordialidade. Portanto, somando-se às fontes utilizadas por Dardot e Laval (2016), o pensamento social brasileiro deve ser considerado outra fonte para compreender a subjetividade neoliberal no Brasil. Melhor, o jeito neoliberal; que, seguindo o preceito de Oliveira (2001, p. 89-92), foi pensado com radicalidade e especificidade neste artigo exploratório.

## Referências

- BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Politeia, 2019.
- CONNELL, Raewyn. Usando a teoria do Sul: descolonizando o pensamento social na teoria, na pesquisa e na prática. *Epistemologias do Sul*, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 1, p. 87-109, 2017.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova racionalidade. In: DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 187-376.
- GAGO, Verónica. *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular*. São Paulo: Elefante, 2018.
- GULLAR, Ferreira. *Dentro da noite veloz*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- HABERMAS, Jürgen. Prefácio à nova edição (1990). In: HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. São Paulo: UNESP, 2014. p. 35-87.
- HADDAD, Fernando. Políticas do antivalor, e outras políticas. In: OLIVEIRA, Francisco de. *Os direitos do antivalor*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 63-76.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948.
- LAZZARATO, Maurizio. *Fascismo ou revolução? o neoliberalismo em chave estratégica*. São Paulo: N-1 Edições, 2019.
- MENDES, Flávio da Silva. *O ovo do ornitorrinco: a trajetória de Francisco de Oliveira*. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

- OLIVEIRA, Francisco. A derrota da vitória: a contradição do absolutismo de FHC. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 50, p. 13-21, mar. 1998a.
- OLIVEIRA, Francisco. A vanguarda do atraso e o atraso da vanguarda: globalização e neoliberalismo na América Latina. In: OLIVEIRA, Francisco. *Os direitos do antivalor*. Petrópolis: Vozes, 1998b. p. 205-221.
- OLIVEIRA, Francisco. Além da hegemonia, aquém da democracia. In: OLIVEIRA, Francisco. *Os direitos do antivalor*. Petrópolis: Vozes, 1998c. p. 197-203.
- OLIVEIRA, Francisco. Aveso do avesso. In: OLIVEIRA, Francisco. *Brasil: uma biografia não autorizada*. São Paulo: Boitempo, 2018a. p. 123-131.
- OLIVEIRA, Francisco. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, Francisco. *Brasil: uma biografia não autorizada*. São Paulo: Boitempo, 2018b. p. 115-122.
- OLIVEIRA, Francisco. Jeitinho e jeitão. In: OLIVEIRA, Francisco. *Brasil: uma biografia não autorizada*. São Paulo: Boitempo, 2018c. p. 137-146.
- OLIVEIRA, Francisco. O adeus do futuro ao país do futuro: uma biografia breve do Brasil. *Brasil: uma biografia não autorizada*. São Paulo: Boitempo, 2018d. p. 27-78.
- OLIVEIRA, Francisco. O momento Lenin. In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele (org.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007a. p. 257-287.
- OLIVEIRA, Francisco. O ornitorrinco. In: OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 121-150.
- OLIVEIRA, Francisco. Pensar com radicalidade e especificidade. *Lua Nova*, São Paulo, n. 54, p. 89-95, 2001.
- OLIVEIRA, Francisco. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: OLIVEIRA, Francisco; RIZEK, Cibele (org.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007b. p. 15-45.
- OLIVEIRA, Francisco. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Maria Célia (org.). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. 2. ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999. p. 55-81.
- OLIVEIRA, Francisco. Quem canta de novo L'Internationale? In: OLIVEIRA, Francisco. *Brasil: uma biografia não autorizada*. São Paulo: Boitempo, 2018e. p. 79-114.
- OLIVEIRA, Francisco. Quem tem medo da governabilidade? In: OLIVEIRA, Francisco. *Os direitos do antivalor*. Petrópolis: Vozes, 1998c. p. 165-196.
- PAOLI, Maria Célia. Apresentação e introdução. In: OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Maria Célia. *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemônica global*. 2. ed. Petrópolis: Vozes; Brasília, NEDIC, 1999. p. 7-23.
- QUERIDO, Fábio Mascaro; BRAGA, Ruy. Chico de Oliveira e as reviravoltas da crítica. In: OLIVEIRA, Francisco. *Brasil: uma biografia não autorizada*. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 7-25.
- RIDENTI, Marcelo. Cultura e política brasileira: enterrar os anos 60? In: BASTOS, Elide Rugai; REGO, Walquíria D. Leão (org.). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 187-212.
- SCHLEGEL, Rogerio. Raízes do Brasil, 1936: o estatismo orgânico como contribuição original. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 32, n. 93, p. 1-37, jan./abr. 2017.
- SILVA, Fernando de Barros; CARIELLO, Rafael. A política interna se tornou irrelevante, diz sociólogo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, ano 86, n. 28.236, p. 12, jul. 2006.

\*Minicurrículo do Autor:

**Josnei Di Carlo.** Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (2018). Pós-Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq – Processo nº 150769/2019-9). E-mail: josneidicarlo@hotmail.com.br.